

# QUATRO DÉCADAS DE ENSINO SUPERIOR DE TURISMO NO BRASIL: DIFICULDADES NA FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E A ASCENSÃO DE UMA ÁREA DE ESTUDO COMO EFEITO COLATERAL

FOUR DECADES OF HIGHER EDUCATION IN TOURISM IN BRAZIL; DIFFICULTIES IN TRAINING AND CONSOLIDATION OF THE LABOR MARKET AND THE RISE OF AN AREA OF STUDY WITH BROADER IMPACTS

CUATRO DÉCADAS DE ENSEÑANZA SUPERIOR DE TURISMO EN BRASIL: DIFICULTADES EN LA FORMACIÓN Y CONSOLIDACIÓN DEL MERCADO DE TRABAJO Y LA ASCENSIÓN DE UN ÁREA DE ESTUDIO COMO EFECTO COLATERAL

**Carlos Eduardo Silveira – UFVJM**

Doutor em Gestão de Desenvolvimento Turístico Sustentável – Universidad de Málaga  
Mestre em Turismo em Países em Desenvolvimento – Universidade de Strathclyde  
Especialista e Graduado em Turismo e Hotelaria - UNIVALI

**Juliana Medaglia – UFVJM**

Mestre em Comunicação e Turismo – Universidad de Málaga  
Especialista em Marketing Empresarial- UFSC e em Gestão Social- UP  
Graduada em Turismo – Universidade Anhembi Morumbi

**José Manoel Gonçalves Gândara**

Doutor em Turismo e Desenvolvimento Sustentável Universidad de Las Palmas de Gran Canaria  
Gestão do Turismo - Scuola Superiore Del Commercio Del Turismo i Dei Servizi  
Graduado em Turismo – UFPR

Data de Submissão: 28/01/2011

Data de Aprovação: 07/12/2011

## RESUMO

No presente artigo aborda-se o contexto de criação e desenvolvimento dos cursos superiores de turismo em nível de graduação no Brasil, considerando desde as influências sofridas pela realidade estrangeira já no surgimento do ensino superior brasileiro, até as influências das políticas nacionais de educação e de turismo sobre os cursos de turismo, ocorridas ao longo das últimas décadas a partir da criação da EMBRATUR. O objetivo central do artigo foi levantar e discutir o contexto em que o surgimento e a multiplicação de cursos superiores de turismo aconteceram no Brasil e, com especial enfoque nas políticas, as influências sobre o mercado de trabalho e a consolidação de uma área acadêmica. A pesquisa foi bibliográfica e documental e teve caráter exploratório, a fim de propiciar a discussão do tema sem estabelecimento de hipóteses. Entre as conclusões destaca-se que a formação em turismo teve sobrecarga na oferta, especialmente nos anos 1990, em alguns casos apresentou caráter eminentemente operacional em consonância com o período histórico vigente, foi influenciada pelas políticas públicas mais do que as influenciou e, especialmente, vem se consolidando como uma área do saber mais do que uma área profissional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo; Ensino Superior; Políticas Públicas; Mercado de trabalho; área de estudo

## ABSTRACT

This article presents the context in which Undergraduate Higher Education Courses in Tourism have been created and developed. It considers various influences on the Brazilian Higher Education System, including foreign influences, through to the national education policies and tourism policies on tourism courses, during the last decades, following the creation of EMBRATUR. The main objectives were to collect information and discuss the context in which higher education courses in tourism were first created and rapidly increased in number, focusing particularly on the policies, and the impacts on the labor market and the area of knowledge. The research was based on bibliographic and document sources, using an exploratory research method, without establishing any specific hypotheses. By way of conclusions, it was found that higher education in tourism has increased beyond its supply limit, especially in the 1990s; it has been mainly operational in focus and in keeping with the historical period; it is more influenced by than influencing public policies in Education and Tourism policies, and in particular, it has become consolidated as an area of study, rather than as a professional area.

**KEYWORDS:** Tourism; Higher Education; Public Policies; Labor Market; area of study.

## RESUMEN

El presente artículo aborda el contexto de creación y desarrollo de los cursos superiores de turismo a nivel terciario en Brasil, considerando desde las influencias sufridas por la realidad extranjera ya en el surgimiento de la enseñanza superior brasileña, hasta las influencias de las políticas nacionales de educación y de turismo sobre los cursos de turismo, ocurridas a lo largo de las últimas décadas, a partir de la creación de la EMBRATUR. El objetivo central del artículo fue levantar y discutir el contexto en el que sucedieron en Brasil el surgimiento y la multiplicación de cursos superiores de turismo, con especial atención a las políticas, las influencias sobre el mercado de trabajo y la consolidación de un área académica. La investigación fue bibliográfica y documental y tuvo carácter exploratorio, a fin de propiciar la discusión del tema sin el establecimiento de hipótesis. Entre las conclusiones se destaca que la formación en turismo registró sobrecarga en la oferta, especialmente en los años 90, en algunos casos presentó carácter eminentemente operacional en consonancia con el período histórico vigente, fue influenciada por las políticas públicas más de lo que las influyó y, especialmente, se viene consolidando como un área del saber más que como un área profesional.

**PALABRAS CLAVE:** Turismo; Enseñanza Superior; Políticas Públicas; Mercado de trabajo; Área de estudio.

## INTRODUÇÃO

Deslocar-se e compartilhar momentos e sensações com pessoas de outros lugares e em outros ambientes não é uma prerrogativa da sociedade atual, mas, a forma de realização, os motivos e a escala o são. Ou seja, turismo não é uma atividade tão nova quanto se poderia supor a julgar pelo aumento quantitativo dos estudos desde o século passado até os dias atuais, mas o aumento do interesse pelo tema sim, podendo ter sua origem vinculada às primeiras manifestações ocorridas em grande escala como consequência parcial das invenções decorrentes da revolução industrial que resultaram, nessa área, no turismo de massa.

Esse crescente interesse na proporção que a atividade toma internacionalmente, especialmente em termos econômicos bem como, a relação entre povos e lugares, tem movido pesquisadores a tentar decifrar os riscos e benefícios dessas relações, e a criação de conhecimento resultante vem formando o cabedal teórico do turismo, que por sua vez vem sendo consolidado em processos

formativos desde graduações, mestrados e doutorados na área de turismo até linhas ou grupos de pesquisa em áreas afins ao estudo do fenômeno e da atividade turística sob sua ótica no Brasil e no mundo. Paralelamente, a evolução dos mercados e o caráter de prestação de serviço, demandam a intensificação de cursos técnicos e de qualificação de curta duração para a chamada linha de frente e para os setores de apoio à atividade turística.

Pela importância profissional, social e até psicológica que o nível de graduação adquiriu na sociedade do conhecimento, e com especial destaque no Brasil, o presente artigo busca dentro de um caráter historiográfico, levantar e discutir, de forma exploratória (DENCKER, 2007) e baseando-se em fontes bibliográficas e documentais, os processos que levaram à criação e à proliferação dos cursos superiores de turismo no Brasil e as influências estrangeiras na criação de currículos e caminhos políticos que determinaram a formação do turismólogo, discutindo o caráter tecnicista da origem dos estudos e os desdobramentos que levaram mais a um aprofundamento teórico dos estudos turísticos do que a abertura de mercado para turismólogos. Para tanto, analisa-se inicialmente a estrutura de ensino do Brasil, suas principais peculiaridades e influências para então partir para o ensino do turismo em nível de graduação propriamente dito.

## O SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO: DAS INFLUÊNCIAS REMOTAS ÀS ÚLTIMAS MUDANÇAS

As origens do ensino superior influenciam a sua forma de estruturação e o Brasil, como os demais países ocidentais, teve forte influência do conceito de Universidade que surgiu na Europa na Idade Média, que não era profissionalizante, e que tinha uma estrutura curricular composta pelo ensino das chamadas artes liberais, divididas em dois blocos – o Trivium e o Quadrivium. Inicialmente, o único estudo especializado permitido era a Teologia, sendo posteriormente incorporadas - aos poucos e ao longo dos tempos - outras áreas iniciando com o Direito e passando para a Medicina, conformando as três áreas dos chamados estudos superiores (ALMEIDA FILHO, 2007). A Universidade medieval tinha caráter artístico e filosófico e era fortemente ligada aos preceitos religiosos. A primeira proposta a se aproximar de uma reforma, só se deu bem mais tarde e é de autoria de Immanuel Kant, que apregoava a necessidade de autonomia universitária - posteriormente incluída no Relatório Humboldt, que acrescentava ainda a importância da pesquisa científica. Até o início do século XIX a formação profissional em tecnologias, que incluía as engenharias, esteve fora da educação superior, sendo elevada a este patamar pelas Écoles Polytechniques, já depois da era napoleônica, que abriam aos civis o acesso ao já existente sistema militar de formação na área.

Essas duas características históricas, i.e., a visão original de Universidade como local de estudos superiores, mas filosóficos e artísticos, e a elevação das 'técnicas' das engenharias ao ensino superior 'politécnico' ainda influenciam nossa realidade acadêmica, como é discutido adiante neste texto.

O modelo educacional brasileiro, que passou por diversos períodos históricos e regulamentações legais, vem atualmente sofrendo novas transformações. Continua regulamentado pela lei 9.394 de dezembro de 1996, pela qual se divide o ensino em dois níveis, o básico e o superior, sendo o segundo facultativo e o primeiro compulsório, generalista e dividido em infantil, fundamental e médio.

O ensino médio, ainda que possa ser generalista e preparatório para o superior, pode também dar início à chamada Educação Técnica, inclusive na área de Turismo, com enfoque operacional. Segundo o Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação – MEC, de 2007, o ensino técnico deve desenvolver atitude para a vida produtiva, mas, no Brasil "funcionou sempre como mecanismo de exclusão fortemente associado à origem social do estudante. [...] Há muito, o País selou a educação profissional de qualquer nível, mas, sobretudo o médio, como forma de separar aqueles que não se destinariam às melhores posições na sociedade" (BRASIL/PNE, 2007, p.16). Ainda que o MEC defenda a profissionalização da mão-de-obra brasileira e a elevação da escolaridade do trabalhador como essenciais para a inserção competitiva do Brasil no mundo globalizado, há, de forma muito evidente um preconceito por parte dos brasileiros acerca da formação técnica, dada pelo caráter operacional tradicionalmente ligado a esse nível de formação.

Diferentemente do ensino técnico, o ensino superior possui melhor aceitação e sempre foi sinônimo de ascensão social. Por natureza tem mais profundidade do que enfoque operacional, visão mais ampla e além de formar para o mercado, tem função maior na formação do pensamento dos egressos.

O ensino superior brasileiro teve seu surgimento no início do século XIX, com a vinda da Família Real para o Brasil, e ao longo da história, viveu diversas fases e atravessou reformas significativas, sempre relacionadas à realidade da época, às relações internacionais mais ou menos intensificadas e aos propósitos nacionais de desenvolvimento (MOROSINI, 2005). Dado o período histórico em que se implementa, o Ensino Superior teve, desde o início, caráter profissionalizante, tendo surgido de forma isolada (não-universitária) com forte influência francesa. Mesmo durante o período republicano manteve-se calcado nos moldes europeus inclusive depois da primeira reforma no ensino superior brasileiro, de 1931.

O Brasil contava somente com faculdades isoladas até 1912, quando é fundada a Universidade do Paraná, que por questões políticas e econômicas voltou a ser dividida em faculdades na década seguinte funcionando desta forma até a década de 1950 quando voltou a ser universidade e foi federalizada.

Historicamente, Ensino, Pesquisa e Extensão se concretizam dentro da universidade brasileira em 1934 com a criação da Universidade de São Paulo – USP e da Universidade do Distrito Federal - UDF de caráter municipal em 1935 a partir de missões de professores franceses (MOROSINI, op cit). A UDF, criação de Anísio Teixeira, tinha como idéia fundamental cultivar o espírito criador em todos os sentidos, com ênfase na pesquisa em todos os ramos de atividades não se restringindo apenas ao ensino. Com isso, manteve dentro de sua estrutura os cursos de graduação e pós-graduação – novidade para a época se equiparando aos EUA e países da Europa. Entretanto, além de outros pontos, a laicidade manifestada em seu currículo, em um período em que o Brasil ainda era oficialmente católico, fez com que fosse duramente perseguida por setores conservadores do período, existindo em um breve período de apenas três anos e meio (ALMEIDA FILHO, 2007).

Mesmo com o estabelecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, o ensino mantinha-se tradicional, com sistemas arraigados de cátedras e foco na formação profissional. Destaca-se, entretanto, a criação da Universidade de Brasília em 1961 que concretiza a Universidade como instituição de pesquisa e centro cultural e que já nasce com um modelo estrutural mais arrojado, novamente pelas mãos de Anísio Teixeira. Sem cátedras vitalícias, com estruturas organizadas em centros por grandes áreas de conhecimento e com programas de ensino baseados em ciclos de formação geral anteriores à formação específica, conforme modelo sugerido no relatório Flexner já no início do século XX nos Estados Unidos (ALMEIDA FILHO, op cit). O Governo Militar, com a reforma de 1968, institui modelo parecido ao norte-americano para o ensino superior brasileiro, mas com distinções que distanciaram o Brasil dos sistemas educacionais tanto da Europa quanto dos próprios Estados Unidos, especialmente na lógica de graduação e pós-graduação, esta última com peculiar ênfase nos Mestrados cujo formato foi se afastando cada vez mais das maestrias e dos masters existentes em outros países. Segundo Schmidt (2000), durante todo o período militar até os anos 1990, o ensino superior brasileiro foi baseado principalmente no estímulo ao conhecimento aplicado, formando profissionais, com uma variedade restrita de cursos superiores. Já a partir desse período e o início dos anos 2000, presenciaram a expansão e diversificação do ensino superior no Brasil, especialmente no setor privado.

Com a abertura dos anos 1990, a volta da democracia e o incentivo ao livre mercado, surgiram dezenas de novas instituições de ensino superior, novos cursos e novas modalidades de cursos foram consolidadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Essa mesma lei divide atualmente a educação superior do Brasil em “cursos seqüenciais” de diferentes níveis, que não geram diploma; “graduação”, abertos a candidatos que tenham concluído o nível médio ou equivalente e “pós-graduação”, compreendendo programas de “mestrado” e “doutorado”, cursos de “especialização”, “aperfeiçoamento” e outros, abertos a candidatos graduados e que cumpram as exigências da instituição de ensino que oferece (BRASIL/ MEC, 1996). O nível de graduação, foco deste artigo, é dividido pela legislação vigente em “bacharelado”, “licenciatura” e “tecnólogo”, sendo o primeiro deles o mais tradicional na área de turismo.

Mais recentemente, ante à necessidade de democratização mais ampla do ensino superior, percebeu-se a premência de nova reforma no sistema educacional. O processo que de re-estruturação das Universidades Públicas Federais, inclui não só o aumento no número de vagas, que é a porção mais visível das mudanças, mas também mudanças estruturais na legislação e na arquitetura dos cursos superiores no Brasil, incluindo graduação e pós-graduação. O cenário mundial avançado e as relações científicas, diplomáticas, acadêmicas e mercadológicas do Brasil

com os outros países, não deixam espaço para uma forma de ensino que dificulte interações com outros sistemas. A proposta dessa renovação, ou da “Universidade Nova” proposta por Naomar de Almeida Filho, inclui a inovação curricular passando pela flexibilização do aprendizado e agindo de acordo com a concepção original de Universidade como Ensino Superior, que possa incluir Ensino Profissionalizante ou não. Na proposta, leva-se em consideração a possibilidade de Estudos Superiores que permitam a continuidade em Bacharelados Profissionalizantes e Licenciaturas, ou que, isoladamente, sirvam como um patamar superior de aprendizado para o aluno que deseje conhecer mais, mas não necessariamente busque uma profissão na área que lhe interesse aprender, aproximando-se um pouco do conceito original de Universidade, em seu início na Idade Média. Une-se o conceito de Universidade ao de Ensino Superior com a possibilidade de Profissionalização por meio da continuidade dos estudos aos que se interessem.

Já há casos de graduações em turismo que adotaram essa modalidade, e, ainda que pela novidade do tema não seja possível avaliar a eficácia no caso da formação em turismo, agora representam uma renovação na formação baseada em mudança de legislação, a exemplo do que já ocorreu em outras situações nos últimas décadas.

## SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DOS CURSOS SUPERIORES DE TURISMO NO BRASIL

A exemplo de outras áreas, as graduações em Turismo foram fruto da flexibilização das leis que regulamentam o ensino superior no país, ocorrida nas últimas décadas (LEAL e PADILHA, 2008). Seguindo o contexto de abertura política e domínio do mercado, a explosão de cursos de turismo acompanhou a tendência de muitos outros como Administração, Comércio Exterior e Direito, por exemplo, que, por demandarem pouca estrutura física de laboratórios, foram alvo de especial interesse de Instituições de Ensino Superior - IES privadas, ávidas por expandir-se dentro das novas possibilidades que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, de 1996, abria.

Assim, até os anos 1990 a oferta de cursos superiores de Turismo era discreta (MATIAS, 2002; ANSARAH, 2002), mas ao final dessa década, contudo, houve um crescimento exponencial de novos cursos, especialmente em função do crescimento da oferta de IES particulares, decorrente da Política Nacional de Educação. Ainda que dados informais apontem para um número muito maior, segundo o Ministério da Educação – MEC (apud MATIAS, 2005), em 2002 os cursos de Turismo e/ou Hotelaria já totalizavam 429 e segundo Leal e Padilha (2008) há informações que em 2005 tenham chegado a 836 somando os bacharelados e os tecnólogos, representando, portanto, um crescimento vertiginoso ao longo de pouco mais de vinte anos, já que entre as décadas de 1970 e 1980, segundo pesquisas realizadas por Trigo e Rejoswski, existiam 28 cursos de Turismo e/ou Hotelaria no país (MATIAS, op cit). Mota (2003 p. 112) baseada em estudos de Matias (2002 apud MOTA, op cit) aponta que, na época, uma das áreas que mais absorvia a mão-de-obra de turismólogos era a docência, tamanha a explosão da oferta de cursos superiores.

Segundo Lara (2010, p. 284) “o grande problema, porém, subjacente a essa proliferação de cursos diz respeito à qualidade do ensino proporcionado e que está diretamente ligado à qualidade do docente”. Nesse cenário de oferta descontrolada a qualidade geral dos cursos decaiu e houve como consequência, em muitos casos, notória falta de profissionais preparados decorrente do crescimento abrupto no número de vagas para professores nos cursos sem que tivesse havido tempo para que o mercado dispusesse de tantos profissionais já qualificados para docência em uma área com tantas especificidades. Além disso, em função da quantidade de profissionais lançados ao mercado, uma profissão que era praticamente desconhecida tornou-se massificada.

Com o passar dos anos o inevitável começa a ocorrer e a área passa a equilibrar-se tanto no mercado profissional quanto na própria oferta de ensino. Cursos sem identidade que tinham sido readaptados com a lógica de áreas próximas, como Administração, Geografia ou Comunicação para ‘parecerem’ cursos de Turismo, começam a ter problemas de falta de demanda e o que havia sido uma moda e um sucesso de procura passa a representar um problema para muitas IES.

É importante perceber que isso é resultado de um cenário político nacional da época e que essa realidade se estendia a outras profissões, não dizendo respeito somente aos cursos de

Turismo. Em nosso caso, entretanto, o resultado do modismo que cercou a procura por cursos de Turismo era evidente, e muitos dos alunos que ingressavam o faziam como segunda opção de cursos tradicionais, especialmente em IES privadas, que eram as que majoritariamente ofereciam a formação (ANSARAH, 2002), com mensalidades acessíveis. Panosso Netto (2009) corrobora afirmando que o crescimento quantitativo dos cursos de graduação em turismo no Brasil não foi acompanhado de uma evolução qualitativa, justificando que por isto muitos destes cursos hoje em dia atravessam uma crise, especialmente nas instituições privadas. O autor chama a atenção, entretanto, para mais uma mudança política influenciando a formação em turismo, que é o deslocamento de demanda de alunos das IES particulares para cursos recentemente criados nas Instituições Públicas, algumas dessas também instituídas há pouco tempo, já no governo Lula.

O gráfico a seguir, construído com base no relatório do ENADE 2009, ratifica esse processo:

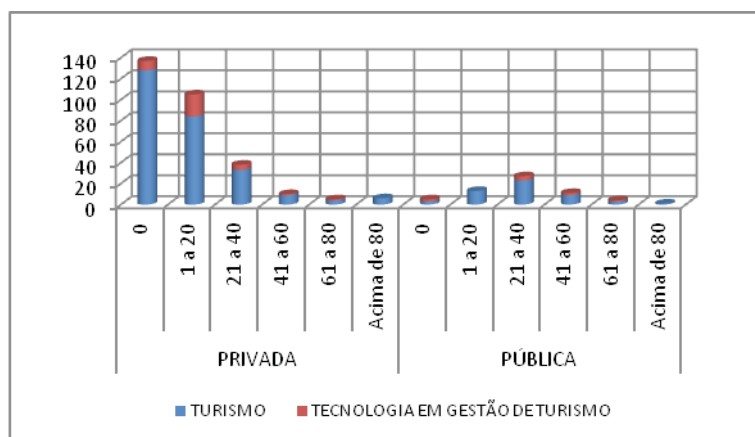


Gráfico 1 – Participação de alunos ingressantes no ENADE 2009

Fonte: elaboração própria a partir do relatório ENADE 2009, Brasil/MEC/INEP

O que precisa ser destacado no gráfico anterior é, especialmente, o grande número de IESs que estão em vias de encerrar seus cursos, apenas formando as turmas já existentes de Turismo, demonstrando pela proporção de Instituições (especialmente as Privadas) que não apresentam alunos ingressantes realizando ENADE. Nota-se também uma participação, ainda discreta, mas visível, de Tecnólogos em Gestão do Turismo que foram usados neste gráfico para comparar a tendência da iniciativa privada em reduzir o tempo dos bacharelados tradicionais, substituindo-os por tecnólogos, como resultado da migração lenta dos bacharelados para as públicas.

O esvaziamento dos cursos superiores de turismo pode ser consequência tanto da acomodação natural decorrente do fim do modismo, quanto pelas dificuldades de absorção de mão-de-obra pelo mercado. Em pesquisa realizada com egressos de cursos superiores de turismo em Curitiba/PR, Medaglia e Silveira (2010) levantam que 54% da amostra depois de formada (entre 6 meses e um ano) permaneceu onde já trabalhava durante a faculdade, como pode ser visto no gráfico a seguir:



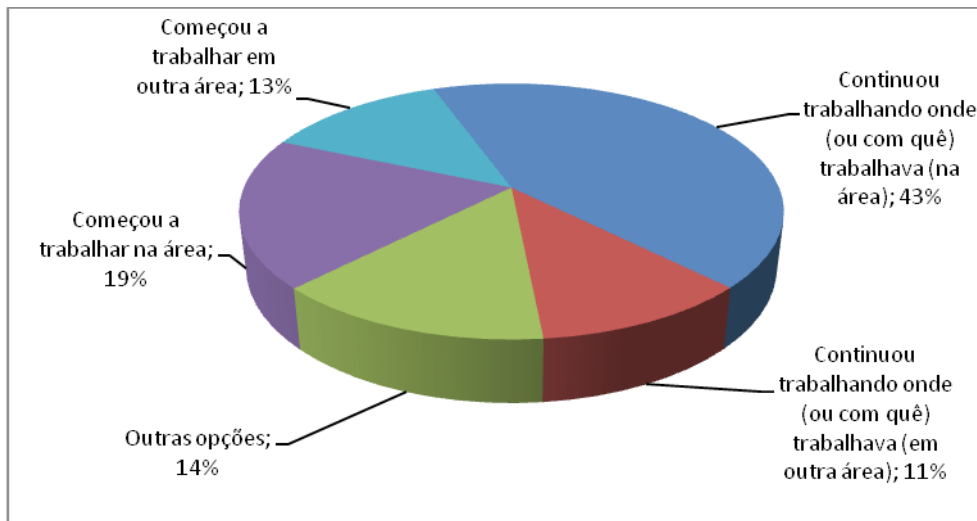


Gráfico 2 – Início ou continuidade do trabalho de egressos recém-formados em cursos superiores de Turismo em Curitiba  
 Fonte: Medaglia e Silveira (2010)

Alguns pontos do gráfico acima merecem discussão. Em primeiro lugar a quantidade de egressos que iniciaram atividades em outras áreas depois de formados e dos que permaneceram em seus trabalhos em outras áreas. Analisando pelo lado positivo, esse fato pode demonstrar empregabilidade ampla de um profissional formado em turismo, ou, por outro lado, a falta de oportunidades na própria área ou existência de oportunidades melhores em outros setores desestimulando a migração profissional para o turismo dos que já tinham empregos anteriores. Além disso, o fato da maioria (43%) continuar no trabalho que já possuía na área de turismo, pode reforçar o papel do estágio curricular na inserção de mercado e a tendência dos empregos serem, tradicionalmente, mais operacionais em início de carreira.

A noção de crescimento na carreira de acordo com a experiência ainda é muito arraigada no turismo. Embora isso também seja visto em outras áreas o caso de egressos de cursos de turismo seria comparável com egressos de arquitetura, que precisassem passar anos como desenhistas até galgar postos de projetistas. Algumas questões sobre a formação influenciam essa realidade, tais como a falta de especificidade das funções de um profissional formado em Turismo e a própria abrangência da atividade como área de estudo. Não obstante, tais questionamentos não se restringem à realidade brasileira, e sabe-se que muito nem é necessariamente de responsabilidade exclusiva do meio acadêmico, mas sim fruto de um sistema mais amplo e de uma realidade política da qual fazemos parte, e que influenciou historicamente o desenvolvimento acadêmico da área.

Ainda que se discuta as recentes reformas da educação ou que essas sejam consideradas pouco conclusivas (BARRETTO et al, 2004), não se pode esquecer o contexto em que as mudanças aconteceram. Se muitas dessas mudanças foram concretizadas a partir dos anos 1990, há que se lembrar que o Brasil viveu até os anos 1980 um período de ditadura, de limitação da época com forte controle da oferta nas mais diversas áreas, listas de preços ao consumidor, controle de abertura de negócios (inclusive turísticos com a classificação compulsória) e, evidentemente, restrições à abertura de cursos superiores. Esse tom repressivo, ao terminar, eclodiu num clima de euforia e até de excessos que sucedeu tal período, e que impactou na desmesura da oferta de ensino sem necessariamente justificar a abertura em estudos aprofundados na demanda, mas sim, na oportunidade. Matias (2002) menciona que, diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos e na Europa, onde os cursos de Turismo surgiram a partir de disciplinas de outros cursos já sedimentados como Administração, Economia, Geografia e até Hotelaria, no Brasil os cursos de Turismo foram implementados em unidades universitárias autônomas ou ligados a também novos cursos de comunicação e artes. O surgimento do primeiro curso, em São Paulo, deu-se em 1971, espalhando-se ainda na década de 1970 por vários estados e fazendo-se presente de norte a sul do país, mesmo em número reduzido, e principalmente nas capitais, até os anos 1990.

Mesmo no contexto de criação dos cursos se observa a questão histórica e política do Brasil quando da criação dos primeiros cursos. Gabriel Rodrigues (apud Matias, op cit), diretor do primeiro curso de Turismo do Brasil, da então Faculdade do Morumbi e atual Universidade Anhembi Morumbi, menciona que a proposta inicial era de criação de um curso técnico de Turismo, porém havia uma demanda reprimida especialmente de mulheres que, segundo ele, estavam voltando aos bancos escolares após terem criado seus filhos. Tal realidade dizia respeito, entre outros fatores, ao período conhecido como milagre econômico brasileiro, com ascensão da classe média, reforma universitária e investimentos na área de turismo no sentido de atrair moeda forte estrangeira, ocorridos durante os primeiros anos da ditadura militar. O mote 'ordem e progresso' encontrava terreno fértil na industrialização e a concepção de turismo ainda era como sendo uma atividade para a classe alta estrangeira que quisesse contato com o exotismo e sensualidade brasileiros, preferencialmente hospedados em hotéis cinco estrelas em pontos estratégicos (e controláveis) do país como Foz do Iguaçu, Manaus e o eterno portão de entrada, Rio de Janeiro. Além disso, a lógica industrial se estendia ao ensino com a "Lei n. 5.692/71, que [...] instituiu a profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau, visando atender à formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho" (SAVIANI, 2008, p.298) e que elevou ao "terceiro grau", mas com conteúdos operacionais, o turismo. É ainda notória a tendência de cursos superiores de Turismo se comportarem como somatórios de treinamentos técnicos, alinhados com o tecnicismo vigente no processo do 'milagre econômico' brasileiro. Alguns laboratórios e sua proposta de uso comprovam isso, além de ser especialmente perceptível nas disciplinas de língua estrangeira, cujo material didático diz respeito quase que exclusivamente a diálogos de linha de frente.

Depois dessa fase inicial de criação, houve uma queda na procura pelo curso de turismo, anterior à explosão dos anos 1990. A cronologia dos cursos é comentada por Ansarah (2002) como tendo passado por quatro fases:

- a) Década de 1970 – Surgimento dos primeiros cursos
- b) Década de 1980 – Estagnação dos cursos ligada aos problemas econômicos do país
- c) Década de 1990 – Valorização e expansão dos cursos (numérica e geográfica)
- d) Década de 2000 – Equilíbrio entre qualidade e quantidade.

Entretanto, Lara (2010, p.284) menciona que "o crescimento do curso de turismo, em nosso país, está ligado à importância que assume o turismo na sociedade atual, não apenas no sentido econômico, mas principalmente no sentido social". Mota (2006) comentando a ascensão dos cursos especialmente na década de 1990, questiona a falta de planejamento e de políticas públicas no Brasil lançando mão do artigo de Teixeira, Fletcher e Westlake (2001) em que os autores comparam a evolução do número de cursos no Reino Unido e no Brasil. Segundo eles, enquanto no Brasil o aumento se deu baseado na demanda crescente, no Reino Unido os motivos foram pesquisa de mercado, demanda do governo e subsídio deste, já que o turismo estava entre suas prioridades. Mota (op cit, p.127) questiona a política que preconizou a supremacia do mercado frente ao planejamento, e defende que "abrir cursos deliberadamente e esperar que o próprio mercado selecione os melhores é permitir que milhares de estudantes arquem com o prejuízo de seus investimentos", ainda mais considerando que a maioria esmagadora dos cursos de turismo está em instituições privadas. O período mencionado pelos autores é um retrato claro da fase de neoliberalismo que estimulou a expansão universitária privada, acreditando na regulação pelo mercado sobre as distorções. Outra consequência foi a quantidade de cursos que necessitam de vagas de estágio nas empresas, o que criou um novo espaço para estagiários no mercado, mas reduziu a absorção de mão-de-obra contratada, em razão da vantagem competitiva da primeira sobre a segunda.

## A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS SOBRE O TURISMO: O DESEQUILÍBRIO ENTRE INCENTIVO À FORMAÇÃO E O INCENTIVO À PROFISSÃO

A influência sobre a formação em turismo por parte do governo não está restrita à educação, tendo também atuado sobre a indústria do turismo nessa época, ainda que os processos tenha sido paralelos. Até poucos anos atrás o governo brasileiro tinha total controle sobre a atividade turística. Ainda que as empresas fossem privadas, todas eram obrigatoriamente registradas na



Organização Nacional de Turismo, EMBRATUR, e classificadas por ela. Ou seja, as políticas públicas daqueles tempos eram impostas aos empresários e aos governos estaduais e municipais e, por conseguinte, influenciaram muito o pensamento turístico brasileiro. Da parte da Educação, o MEC, por meio de seu pessoal, ou de especialistas contratados ad hoc, criava currículos mínimos para os cursos superiores que eram aplicados nas universidades. A junção desse duplo controle (MEC e EMBRATUR) foi destacada por Ansarah (2002), segundo quem em 1978 a EMBRATUR, ainda que não diretamente, mas por meio da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, ECA-USP, promoveu uma reunião entre os coordenadores de cursos de turismo então existentes, dirigida pelo Professor Mario Beni. Ainda segundo a autora, dessa reunião saíram as duas principais vertentes do ensino de turismo no Brasil: um enfoque mais dirigido ao mercado, liderado pela Universidade Anhembi Morumbi; e outro mais filosófico e voltado à epistemologia, à pesquisa e ao Planejamento Turístico, da ECA-USP. Este foi um divisor de águas do qual ainda hoje se sente os efeitos, além de ser um dos principais momentos de integração entre o poder público (de turismo), e as Universidades. Os efeitos dessa divisão, nos dias de hoje, têm se delineado no sentido de, instituições mais voltadas ao mercado, especialmente as privadas, estarem convertendo seus cursos em tecnólogos, e as mais voltadas a questões acadêmicas serem predominantemente públicas e manterem seus bacharelados. Não seria surpreendente que a evolução dessas duas vertentes criasse no futuro duas 'profissões' distintas, sendo, quem sabe, os turismólogos os egressos de bacharelados, 'estudiosos do fenômeno', que ocupassem posições de pesquisadores, analistas e planejadores; e, de outro lado, os egressos de Cursos Superiores de Tecnologia, com formações voltadas a atender o mercado em suas necessidades, sendo gestores e 'fazedores' do turismo, quiçá com uma profissão distinta chamada de turismistas, turismeiros, ou qualquer outra alcunha que causasse tanto estranhamento quanto o termo turismólogo já causou.

Anos mais tarde, depois de terminado o período ditatorial, as novas políticas públicas do período democrático criaram outra vez a oportunidade da academia e EMBRATUR interagirem, por meio de programas participativos incentivados pela OMT e desenvolvidos no Brasil, sendo o mais conhecido o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT (OMT, 1999), que ocorreu no mandato duplo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O PNMT transformou muito da visão da sociedade sobre o turismo, influenciou sobremaneira os cursos de turismo de todo o país, surtindo efeitos que ainda são perceptíveis nos dias atuais. Entretanto, mesmo que tenha havido uma integração entre a academia e as Políticas Públicas, decorrente da participação das Universidades nos Comitês Estaduais e Conselhos Municipais de Turismo fomentados pelo PNMT, não houve um movimento direto de fomento junto aos municípios engajados no programa no sentido de priorizar a contratação ou consulta a turismólogos acerca dos caminhos adequados para o desenvolvimento sustentável do turismo local. Ao contrário, o programa preconizava a interdisciplinaridade, com multiplicadores das mais diversas áreas e tratava como suficiente o conhecimento proposto nas oficinas de capacitação. Influência comparável de políticas de turismo sobre o ensino superior em turismo está acontecendo atualmente com o Programa Nacional de Regionalização do Turismo, lançado em 2003, pelo Ministério de Turismo do então governo Lula.

Interessantemente, essas duas últimas situações de influência governamental oriundas de órgãos federais ligados ao turismo, tiveram mais alcance sobre os aspectos operacionais, de aplicação de metodologias elaboradas pelo Governo Federal do que parcerias com a academia na área de turismo propriamente dita. Na verdade a influência acadêmica sobre os últimos Programas Federais de Turismo veio das áreas puras de gestão e de institutos multidisciplinares, o que mostra que a academia, na área de turismo, sofre influência das Políticas Públicas, mas praticamente não as influencia.

Já a influência da legislação educacional, especialmente a partir da LDB de 1996 que cria obrigações de titulação de mestre e/ou doutor para a docência no ensino superior, criou uma demanda por programas de pós-graduação por parte de turismólogos não titulados que atuavam ou pretendiam atuar como professores em cursos de turismo.

Como pode ser visto no gráfico abaixo, de acordo com dados divulgados pelo INEP junto com o os resultados do ENADE 2009, há uma alta proporção de professores com ao menos o título de Mestres nos cursos superiores de Turismo no Brasil:

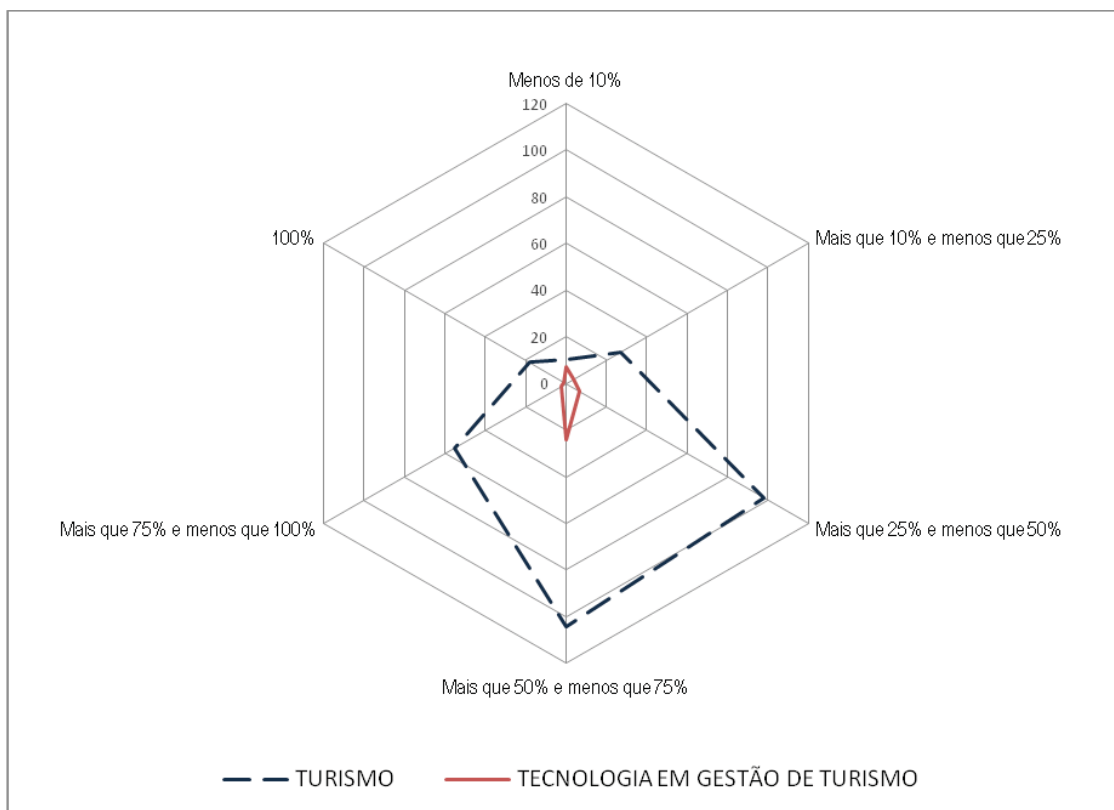


Gráfico 3 – Percentual de professores ao menos mestres nos cursos avaliados pelo Enade em 2009.  
 Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo relatório ENADE, 2009.

A linha pontilhada do gráfico acima representa as instituições onde há professores que sejam no mínimo portadores do título de mestre lecionando em Bacharelados em Turismo e a linha contínua representa a mesma situação para os tecnólogos em Turismo. Os valores em torno do gráfico, dizem respeito à proporção em percentual dessas titulações, agrupados de forma crescente. Percebe-se uma forte tendência, mormente nos bacharelados, de haver entre 25% e 75% de professores no mínimo mestres, chegando, em algumas situações a 100%.

Quando comparados os Bacharelados em Turismo com áreas mais tradicionais como Direito e Administração, para as quais a oferta de pós-graduação stricto sensu é muito mais abundante, os cursos de turismo apresentam um notável equilíbrio nessas categorias divididas em percentual, e até uma pequena vantagem na categoria de 100% de professores com pelo menos mestrado, como pode ser percebido no gráfico a seguir:

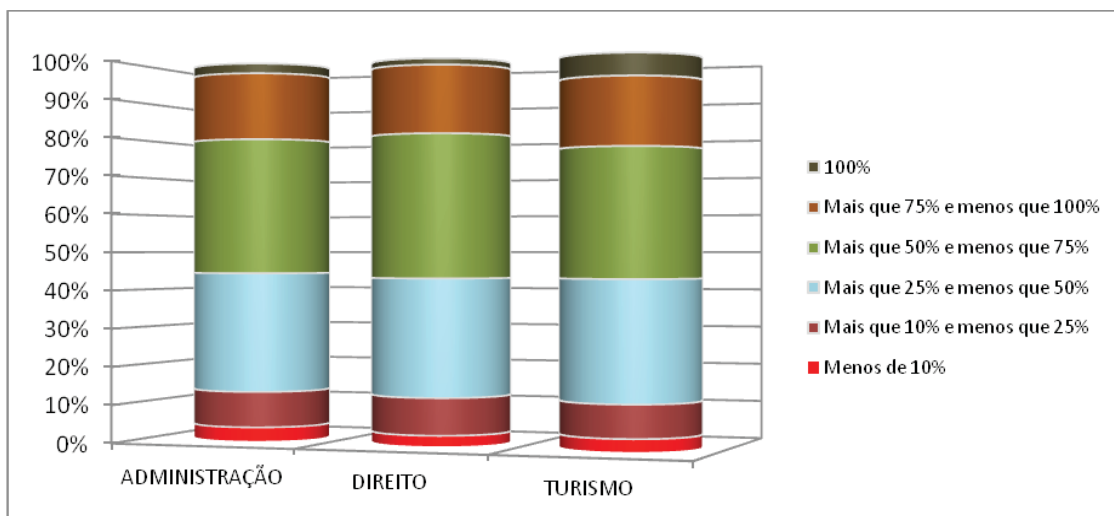


Gráfico 4 – Comparação de percentuais de professores com titulação de pelo menos mestre entre os cursos de Administração, Direito e Turismo  
 Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo relatório ENADE, 2009.

Para fins de comparação, os valores de cada curso nas colunas acima foram considerados 100% e os percentuais comparados de forma proporcional, uma vez que há uma enorme discrepância entre as quantidades de cursos avaliados de Administração, que totalizaram 1663, Direito, com 967 cursos e Turismo, que para o nível de bacharelado apresentou 315 cursos. Destaca-se que o turismo mesmo sendo uma área mais recente que as outras duas, já conta, proporcionalmente com um equilíbrio na quantidade de professores titulados em seus cursos. Há que se considerar que, uma vez que os cursos superiores de Turismo no Brasil completaram 40 anos recentemente, e que a maior concentração em sua existência foi o início dos anos 2000 (ANSARAH, 2002; MATIAS 2002; BARRETTO, 2004; MOTA, 2006), a maior demanda de docentes de cursos de turismo por pós-graduação *stricto sensu* na área ocorreu entre o final dos anos 1990 até meados da década passada.

O argumento que se levanta aqui é o impacto do processo de titulação desses professores em termos de criação e revisão de teorias da área de turismo muitas vezes em comparação com conhecimentos oriundos de outras áreas (inclusive pela carência de programas de pós-graduação em turismo). Se por um lado houve, segundo Mota (2006, p. 125) “a necessidade de bibliografia especializada [que] levou autores e editores a publicarem provocando um fenômeno sem precedentes”, a fim de atender a necessidade do emergente mercado de cursos superiores de turismo, houve também ao longo dos últimos anos uma enxurrada de dissertações e teses que solidificaram a área de conhecimento no turismo e que tiveram significativo impacto nessa produção bibliográfica de turismo no Brasil, elevando o país no ranking de produtores de livros e outras publicações na área. Considerando o número de professores de cada curso apresentado no último relatório do ENADE (BRASIL/MEC/INEP, 2009), havia um total de 6556 professores, perfazendo uma média de 18,11 professores por curso. Mesmo sabendo que muitos atuam em mais de um curso e que podem ter sido computados mais de uma vez, ou ainda que muitos sejam de áreas afins, se for considerado que cada um dos atuais 315 cursos tenha 5 professores titulados nos últimos 40 anos, seriam quase 1600 dissertações ou teses defendidas na área ou em áreas que possuam aderência ao turismo.

A esses dados, soma-se a realidade do ensino superior nacional sendo repensada em termos de estrutura e de vetores de desenvolvimento alterando-se entre oferta pública e privada; a abertura pós-ditadura ao conhecimento estrangeiro e a própria evolução do sistema educacional em outras partes do mundo (como no caso da Europa, por exemplo), o que leva à conclusão que as mudanças na área de conhecimento de Turismo foram muito marcantes nos últimos anos.

Isso quer dizer que a própria evolução da legislação, que é por vezes vista como limitante pela dificuldade que as IES enfrentam para acompanhá-la (ASSUNÇÃO et al, 2008), acabou indiretamente consolidando a área acadêmica do turismo no Brasil, que hoje tornou-se líder nas pesquisas em turismo na América Latina (PANOSSO NETTO, 2009). De outro lado, o incentivo que existiu em termos de consolidação da área de formação não foi equilibrado com o incentivo à conformação do mercado para o profissional egresso, ainda que Nassar (2001, p. 73) defenda que “o turismo não é apenas uma indústria ou uma das atividades econômicas mais importantes dos dias atuais [...] também deve ser considerado uma profissão”. Na prática a área de formação foi consolidada, conforme apresentado anteriormente; a área de conhecimento é reconhecida no CNPq (6130004); mas, na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego – CBO/MTE, não há ocupação específica derivada de Bacharelado em Turismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Estudos Superiores surgem na Europa com um caráter mais filosófico e menos profissionalizantes, até incorporarem questões mais práticas das áreas militares e das engenharias. Nessa fase, e com essa influência, o ensino superior é trazido para o Brasil, com finalidade eminentemente profissionalizante, o que sem dúvida gerou distorções importantes. O caráter operacional e tecnicista acompanha a formação superior em turismo no Brasil, especialmente considerando que as carreiras técnicas nunca tiveram boa absorção no país, mesmo com o esforço do Governo Militar, o que foi mais marcante ainda na área de Turismo. Aliando-se isso à acelerada expansão que os cursos sofreram especialmente nos anos 1990, criaram um ambiente infrutífero para a sustentabilidade do ensino superior do turismo no Brasil.

O excesso de cursos a partir da década de 1990 criou tantas distorções de mercado que, a principal atividade profissional dos turismólogos passou a ser a docência, e fora das IES os profissionais eram substituídos por estagiários, cuja existência abundava. Em segundo lugar, a característica de 'conjunto de vários cursos técnicos' que muitos cursos superiores possuem, impingem uma imagem de que os cursos devem ser eminentemente práticos e interagirem com o mundo real. As Universidades realizam diversas intervenções no meio em nome do aprendizado, o que resulta numa confusão freqüente de seu papel com o de empresas de consultoria, com criação de laboratórios e empresas juniores, entre outras iniciativas, que, em se tratando de objetos de estudo abundantes, não trazem tantos problemas, como acaba sendo o caso de agenciamento e hotelaria, por exemplo. Já no caso de planejamento turístico, os destinos costumam ser os objetos de estudo, e, considerando o número limitado de destinações turísticas o aprendizado por meio da prática acaba se tornando uma ameaça ao mercado de atuação dos egressos nessa área de interesse específico, conforme levantado por Silveira (2009). O papel das Universidades é habitualmente confundido não só com o de consultoria, mas também com o de departamentos de Recursos Humanos terceirizados de empresas e instituições, treinando funcionários. Os acordos propostos às Universidades, tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada, são habitualmente operacionais, no sentido de utilizar o que chamam capital humano ocioso (alunos) e propiciar a esses 'prática de mercado', em especial nos níveis locais (MOTA, 2006). A cada semestre para realizar estágios, alunos lutam por colocações e depois de contratados muitas vezes desempenham funções para as quais não necessitariam conhecimentos acadêmicos.

Interessantemente, ainda que na área de turismo, tenha-se perdido a imagem da academia como orientadora do mercado e divulgadora de novas tendências (se é que tal status já existiu no Brasil), a manutenção do ensino superior à luz da evolução da legislação, implicou num aprofundamento dos estudos por meio da qualificação de professores em mestrados e doutorados. Em decorrência disso, ao contrário do que se esperava, que a academia se adaptasse ao mercado fornecendo profissionais bem 'treinados', houve uma busca por aprofundamento teórico mais que prático, e uma área profissional que despontou nos anos 1970 e gerou uma expectativa de formação superior, não chegou a consolidar-se como profissão regulamentada, mas gerou tamanho interesse no meio acadêmico que é possível que a consolidação da área de estudo e da epistemologia do turismo esteja mais próxima de consolidar-se do que a profissão de turismólogo no Brasil.

Conforme mencionado no início deste artigo, não se pretende que o estudo seja conclusivo. Ao contrário, vislumbram-se, a partir dessas ilações, novas oportunidades de debate acerca do tema dos impactos da formação superior sobre a criação de uma área de conhecimento, buscando mecanismos de quantificação das publicações e dos estudos teóricos a partir da formação de docentes; além do estudo das perspectivas de consolidação talvez não só de uma, mas de várias áreas profissionais do turismo com diversidade vertical, em termos de nível de formação, e horizontal, em termos de diversidade de áreas e subáreas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N. Universidade Nova: textos críticos e esperançosos. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; Salvador, BA: EDUFBA, 2007.

ANSARAH, M. G. R. Formação e Capacitação do Profissional em Turismo e Hotelaria: reflexões e cadastro das Instituições Educacionais do Brasil. Aleph, São Paulo, 2002.

ASSUNÇÃO, P. "As dificuldades dos Padrões de Qualidade Estabelecidos pelo MEC". In MORAIS, C. C. A.; ALMEIDA, I. J.; ALMEIDA, M. V. de; GIARETTA, M. J.; MATIAS, M; ASSUNÇÃO, P. Padrões de Qualidade para os Cursos de Bacharelado em Turismo. São Paulo: Arké, 2008.

BARRETTO, M., TAMANI, E.; SILVA, M. I. P. Discutindo o ensino universitário de turismo. Papyrus, Campinas, 2004.

BRASIL. Lei 9.394 de dezembro de 1996.

BRASIL. Plano Nacional da Educação Lei no 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

BRASIL/MEC/INEP. Relatório ENADE 2009. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/enade>> Acessado em 27 de outubro de 2011.

DENCKER, A. Pesquisa em Turismo: planejamento, métodos e técnicas. 9. ed. São Paulo: Futura, 2007.  
LARA, L. F. "O ensino da administração nos cursos de turismo no Brasil e a formação do turismólogo". Turismo: Visão e Ação. v.12, n.3, p. 277 – 298, set-dez-2010.

LEAL, S.; PADILHA, M. A. "O Brasil e a América Latina". In AIREY, D; TRIBE, J. Educação Internacional em Turismo. Senac: São Paulo, 2008.

MATIAS, M. Turismo: Formação e Profissionalização – 30 anos de história. Manole, Barueri, 2002.

MATIAS, M. "Formação Profissional em Turismo no Brasil no Início do Século XXI". IN TRIGO, L.G.G. (org.). Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro. São Paulo: Roca, 2005.

MEDAGLIA, J.; SILVEIRA, C. E. "Reflexões sobre a atuação profissional dos turismólogos e o planejamento do turismo: pesquisa com os egressos dos Cursos de Turismo de Curitiba, Paraná, Brasil". IN Turismo e Sociedade. Turismo & Sociedade, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 123-146, outubro de 2010

MOROSINI, M. "O Ensino Superior no Brasil". IN STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena. Histórias e Memórias da Educação no Brasil. v. III – Século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MOTA, K. C. N. "As implicações das Políticas Públicas na gestão da educação superior em Turismo e Hotelaria no Brasil". IN SHINUGOV NETO, A; MACIEL, L. Ensino Superior em Turismo e Hotelaria: reflexões sobre a docência e a pesquisa de qualidade. Editus, Ilhéus – BA, 2006.

MOTA, K. C. N. "Concepção de um Planejamento Sustentável da Educação Superior em Turismo e Hotelaria no Brasil". IN Turismo em Análise, v. 14, n.2, p. 103-126, novembro 2003.

NASSAR, Z. A. "Ética e Turismo". IN Turismo: Visão e Ação, ano 4, n.8, p.67-87 abr/set 2001.

OMT. Agenda para planificadores locais: turismo sostenible y gestión municipal. Edición para América Latina y El Caribe. OMT: Madrid, Espanha, 1999.

PANOSSO NETTO, A. "Filosofia e Epistemologia do Turismo". In PANOSSO NETTO, A.; TRIGO, L. G. G. Cenários do Turismo Brasileiro. São Paulo: Aleph, 2009.

SAVIANI, D. "O legado educacional do regime militar". IN Cad. Cedes, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

SCHMIDT, B. V. "A Educação Superior e a Globalização". IN SCHMIDT B.V, OLIVEIRA R., ARAGÓN V. A. (Org.) Entre Escombros e Alternativas: Ensino Superior na América Latina. Editora da Universidade de Brasília: Brasília, 2000.

SILVEIRA, C. E. La Planificación Turística en el Ámbito de la Formación Superior en Turismo: el Caso de Curitiba, Paraná, Brasil. Tese Doutoral, Universidade de Málaga, Espanha, 2009.

TEIXEIRA, R; FLETCHER, J e WESTLAKE, J. "A Educação Superior em Turismo: um estudo comparativo – Brasil e o Reino Unido". Turismo: Visão e Ação. Ano 4, n. 8, p. 9 – 27, abr-set-2001.

UFPR. Histórico da Universidade Federal do Paraná. Disponível em <[http://www.ufpr.br/adm/templates/p\\_index.php?template=1&Cod=81&hierarquia=6.1.2](http://www.ufpr.br/adm/templates/p_index.php?template=1&Cod=81&hierarquia=6.1.2)> Acessado em 01 de novembro de 2011.